



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008709-36.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Lucas Santos do Nascimento**
 Requerido: **Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos morais que sofreu porque foi inscrito perante órgãos de proteção ao crédito sem que tivesse sido previamente notificado a esse propósito.

Proclamo de início a ilegitimidade passiva *ad causam* da ré **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS – CNDL**.

Isso porque conforme restou apurado na tramitação do feito a negativação questionada pelo autor não teve vez no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), cadastro a cargo dessa ré, mas no Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC (fl. 77), com o qual ela não possui ligação.

Reconhece-se, portanto, que a mesma não reúne condições para figurar no polo passivo da relação processual e que ele deverá ser ocupado com exclusividade pela ré **BOA VISTA SERVIÇOS S/A**, mantenedora desse último cadastro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mais, a discussão travada nos autos envolve saber se a negativação do autor, cristalizada a fl. 77, foi precedida ou não de notificação por parte da ré, em atenção ao que dispõe o art. 43, § 2º, do CDC.

Sobre esse assunto, a obrigação imputada à ré não desperta divergências, valendo ressaltar que o seu cumprimento passa somente pela comprovação da postagem da respectiva correspondência.

Nesse sentido:

"Para adimplemento, pelos cadastros de inadimplência, da obrigação consubstanciada no art. 43, §2º, do CDC, basta que comprovem a postagem, ao consumidor, da correspondência notificando-o quanto à inscrição de seu nome no respectivo cadastro, sendo desnecessário aviso de recebimento." (REsp 1083291/RS, Rel. Min. **NANCY ANDRIGHI**, j. em 09.09.2009 pela 2ª Seção.).

Tal matéria foi inclusive pacificada pela edição da Súmula nº 404 do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre a desnecessidade da correspondência ser encaminhada por aviso de recebimento (*"É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros"*).

Assentadas essas premissas, a ré assinalou que cumpriu o que lhe incumbia ao postar a comunicação ao autor de que estava sujeito à inserção no SCPC se não quitasse dívida aberta em seu desfavor.

Trouxe à colação os documentos de fls. 130/132 em abono à sua explicação, mas reputo que esses elementos são insuficientes para a segura demonstração de que a ré atendeu à formalidade que se lhe exigia.

Com efeito, ela a fl. 145 explicitou que o código de barras constante da carta de comunicação evidenciaria sua postagem em **17/11/2014**, mas mesmo que se acolha o argumento ele não militará em prol da ré.

O ofício de fl. 77 dá conta de que a negativação em pauta foi na verdade incluída no SCPC em **12/11/2014**, o que patenteia que ainda que a correspondência de fl. 130 tivesse sido postada na esteira do que sustentou a ré ela seria inapta à produção dos efeitos que lhe seriam próprios porque a negativação do autor já se teria consumado.

Por outras palavras, o envio de missiva ao autor em 17 de novembro não teria o condão de encerrar notificação prévia de fato já implementado no dia 12 de novembro.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz à convicção de que a ré deixou de cumprir dever que lhe tocava, seja por não enviar ao autor a comunicação de que estava sujeito à negativação (como sustentado na petição inicial), seja porque teria remetido a correspondência pertinente (como arguiu na peça de resistência) quando a inscrição do autor já havia acontecido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desse cenário, prospera a pretensão deduzida, porquanto a omissão da ré basta por si só para render ensejo a danos morais passíveis de ressarcimento ao autor.

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente observados em situações análogas (atenta para a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo por isso agasalho.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito relativamente à ré **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS – CNDL**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do NCPC, e **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré **BOA VISTA SERVIÇOS S/A** a pagar ao autor a quantia de R\$ 7.880,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**